

28-05-24

SEB

82 TC-004904.989.22-5

Câmara Municipal: Jaguariúna.

Exercício: 2022.

Presidente: Afonso Lopes da Silva.

Procurador de Contas: Thiago Pinheiro Lima.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. CÂMARA. CUMPRIMENTO DOS ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. REGULARIZAÇÃO DO VÍNCULO DE SERVIDORES A REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. DETERMINAÇÃO. CONCESSÃO DE REVISÃO GERAL ANUAL AOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES. ALERTA. DEVOLUÇÃO DE DOUDÉCIMOS NÃO UTILIZADOS AO LONGO DO EXERCÍCIO. RECOMENDAÇÃO. REGULARIDADE COM RESSALVAS.

CÂMARA MUNICIPAL DE: JAGUARIÚNA	População:	59.347
Título	Situação	Ref.
Despesa Total – CF. art. 29-A (3,5 a 7% sobre a receita do ano anterior - RTA)	1,23%	7%
Despesa com folha de pagamento – CF. art. 29-A, § 1º	57,82%	70%
Despesa com pessoal e reflexos – LRF art. 20, III, “a” (RCL)	0,79%	6%
Subsídios dos Agentes Políticos (Presidente) - CF. art. 29, VI (20 a 75% do subsídio dos Deputados Estaduais)	22,75%	40%
Quantidade de Vereadores – CF. art. 29, IV	13	15
Mapa das Câmaras	Situação	Mediana
Despesa liquidada com pessoal e custeio <i>per capita</i>	R\$ 93,47	R\$ 89,73
Relação percentual da despesa sobre a receita própria municipal	4,60%	7,30%
Outros Indicadores		
Duodécimos recebidos	R\$ 6.276.000,00	
Execução Orçamentária – relação percentual dos duodécimos devolvidos sobre o valor dos repasses financeiros recebidos	R\$ 645.844,24	10,29%
Na hipótese de superestimativa de receitas, o gasto com folha de pagamento superaria o limite de 70% definido no art. 29-A, § 1º da CF?	Não	
Demais apontamentos		
Recolhimento dos encargos sociais	Em ordem	
Repasse de duodécimos	Sem atrasos/Em ordem	
Pagamento de verba de gabinete ou assemelhada	Não	
Pagamento de sessões extraordinárias	Não	
Quadro de Pessoal – Relação população/vagas providas	1.745	
Quadro de Pessoal – Relação quadro comissionado/vereador	1,15	
Fiscalizada por UR-03 – Unidade Regional de Campinas¹		

¹ Localização e Mapa das Câmaras:

ATJ – Sem manifestação

MPC – Irregularidade

1. RELATÓRIO

1.1 Em exame, as contas da **CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA**, relativas ao exercício de **2022**.

1.2 A **Fiscalização** (evento 24.48) apontou ocorrências, as quais foram respondidas por **Afonso Lopes da Silva** – Presidente da Câmara em 2022 (evento 45) –, na seguinte conformidade:

Acompanhamento das Políticas Públicas Municipais

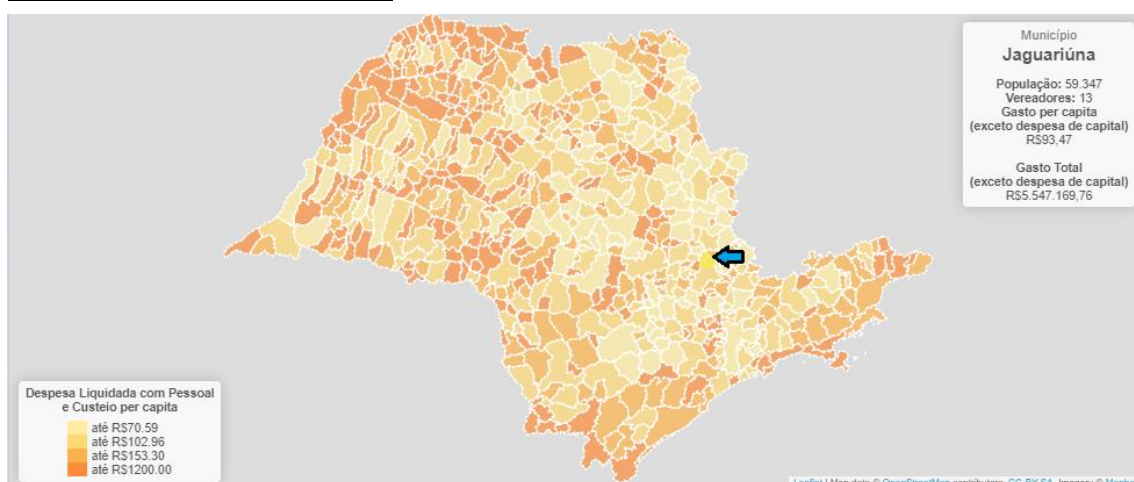
Apontamento(s) - As ações de acompanhamento se dão no âmbito meramente formal da execução orçamentária, financeira e patrimonial, deixando de verificar a efetiva implantação e execução de políticas públicas pelo município.

Resposta(s) Aduziu que, nos termos do Regimento Interno da Câmara, a competência para acompanhamento das políticas públicas é da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Controle Interno

Apontamento(s) - O controle interno não é exercido por servidor de carreira específica ou efetivo ocupante de cargo que guarde relação com matérias administrativas, jurídicas ou contábeis;

- Os relatórios elaborados somente trazem dados contábeis e informações gerenciais, sem a necessária análise e tratamento das informações, tampouco qualquer menção às recomendações e



apontamentos derivados deste Tribunal de Contas, seja das decisões ou dos relatórios de fiscalização;

- Não existe dotação orçamentária prevista para o Sistema de Controle Interno que, dessa forma, não dispõe de recursos específicos para a execução de suas atividades.

Resposta(s) Noticiou ter sido promulgada a Lei Complementar municipal nº 383, de 25-05-23², por meio da qual se estipulou que o cargo de Controlador Interno deve ser preenchido por servidor concursado com formação superior completa em Administração, Direito, Economia, Ciências Contábeis ou Gestão Pública, asseverando que, atualmente, os relatórios elaborados pelo Controle Interno contêm diversas recomendações, inclusive aquelas exaradas por este Tribunal.

Repasse Financeiros Recebidos e Devolução

Apontamento(s) - As informações de devolução de duodécimos encaminhadas ao Sistema Audesp (R\$ 645.844,24) apresentaram diferença em relação ao valor efetivamente devolvido (R\$ 687.777,03)³;

- A Câmara não realizou devolução periódica dos duodécimos ao Executivo, prejudicando a aplicação do recurso pela Prefeitura ainda no próprio exercício.

Resposta(s) Explicou que, em prestígio ao princípio da transparência, a diferença se deveu à devolução segregada dos duodécimos não utilizados e daqueles rendimentos advindos de aplicação financeira (receita extraorçamentária).

Resultados Financeiro, Econômico e Saldo Patrimonial

Apontamento(s) - A Câmara apresentou déficit econômico de R\$ 601,43.

Resposta(s) Informou que o déficit decorreu da diferença entre as variações patrimoniais aumentativas (de R\$ 6.276.000,00, referentes aos repasses dos duodécimos) e diminutivas (de R\$ 6.276.601,43, que envolvem despesas com salários, subsídios, pensões, encargos trabalhistas, vale alimentação e refeição, depreciações, desincorporações de bens ativos imobilizados, bem como outras despesas correntes e devolução de sobras de duodécimos).

² Juntada no evento 45.2.

³ De acordo com a Fiscalização, "a diferença não enviada ao Sistema Audesp, de R\$ 41.932,79, refere-se à devolução dos rendimentos/juros de aplicação financeira".

Recursos Humanos

- Apontamento(s) - O cargo de assessor de imprensa não possui características de direção, chefia e assessoramento – contrariando o disposto no artigo 37, inciso V, da Constituição Federal;
- O cargo de diretor jurídico é ocupado por servidor em comissão, contrariando jurisprudência deste Tribunal.

Resposta(s) Quanto ao cargo de assessor de imprensa, esclareceu que, no Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado entre a Edilidade e o MP-SP, foi mantida a forma comissionada para provimento de referido posto, complementando que a Lei Complementar municipal nº 383, de 25-05-23, modificou as atribuições do cargo, estabelecendo a exigência de ensino superior completo em Jornalismo, Relações Públicas ou outras áreas pertinentes à área de atuação.

No tocante ao cargo de diretor jurídico alegou que, se o Advogado Geral da União – cuja equivalência na federação seria o Procurador Geral do Estado e do Município – pode ser escolhido dentre profissionais não concursados – nos termos do disposto no § 1º do artigo 131 da Constituição Federal⁴ –, “é razoável entender que norma semelhante, editada no âmbito municipal ou estadual, não pode ser considerada ofensiva à Constituição”, mencionando julgados do E. STF⁵ que corroborariam sua tese. Por fim, afirmou que a Lei Complementar municipal nº 383, de 25-05-23, estipulou que o provimento do cargo demanda formação superior completa em Direito.

Previdência

- Apontamento(s) - Os servidores da Câmara permanecem vinculados ao Regime Geral de Previdência Social e não ao Regime Próprio de Previdência Social instituído por lei complementar municipal – em inobservância ao disposto no artigo 39, “caput”, da Constituição Federal combinado com os com os artigos 468 e 469, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 209, de 09 de maio de 2012, e contrariamente a recomendações desta Corte de Contas.

Resposta(s) Noticiou a existência de “Ação Direta de Inconstitucionalidade questionando a validade da migração dos servidores celetistas para estatutários e sua inserção no Regime Próprio de Previdência da Prefeitura” e que tal ação “está em trâmite ainda e teve decisão, porém, há recurso interposto aguardando julgamento”⁶, razão pela

⁴ Art. 131. A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

§ 1º - A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada. (grifei)

⁵ RE 446.800 ED e Agravo Regimental interposto no Recurso Extraordinário 1.292.739.

⁶ Processo nº 2023409-05.2022.08.26.0000

qual considera “inviável a Câmara se adequar a este apontamento antes da decisão final de mencionada ação”.

Fidedignidade dos Dados Informados ao Sistema Audesp

Apontamento(s) - Existência de divergências nas informações prestadas ao Sistema Audesp⁷.

Resposta(s) Justificou que tal se deu em virtude de falha no sistema de contabilidade, que ocasionou a necessidade de se fazer conferência manual antes do fechamento contábil, juntando documento em que as informações faltantes são apresentadas⁸.

Julgamento das Contas do Poder Executivo

Apontamento(s) - As contas do Executivo do exercício de 2010 foram definitivamente julgadas depois de passados 11 anos do envio à edilidade – em descumprimento do artigo 49, § 2º, da Lei Orgânica do Município de Jaguariúna, que estabelece um prazo de 90 dias.

Resposta(s) Asseverou que a gestão de 2022 adotou todas as medidas para que referidas contas fossem julgadas pela edilidade, relatando que, nos termos do Regimento Interno da Câmara, as contas tiveram que ficar à disposição dos contribuintes por um período de 60 (sessenta) dias, razão pela qual só foram colocadas em votação em fevereiro de 2023, ocasião em que foi acolhido o parecer prévio deste Tribunal.

1.3 O Ministério Público de Contas (evento 63) manifestou-se pela irregularidade dos demonstrativos, em decorrência dos seguintes fatores:

(i) ausência de efetividade da estrutura do Controle Interno no desempenho de suas funções institucionais e ausência de autonomia do setor ante o pagamento de função gratificada, em contrariedade à jurisprudência desta Corte de Contas;

(ii) previsão de duodécimos acima das reais necessidades do Legislativo, privando o Executivo de reverter tais valores em prol da população local e subvertendo o cálculo das despesas com folha de pagamento;

(iii) ausência de Regime Próprio de Previdência Social – em inobservância ao disposto no artigo 39, “caput”, da Constituição Federal, c.c. com os artigos 468

⁷ A saber, em informações relativas à modalidade de licitação que ensejou a despesa.

⁸ Evento 45.3.

e 469, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 209, de 09 de maio de 2012 e a recomendações deste Tribunal;

(iv) reincidência no desatendimento à lei orgânica, instruções e recomendações deste Tribunal.

1.4 Contas anteriores:

2019: Regulares, com ressalvas, recomendando ao Legislativo que: (i) confira maior efetividade ao sistema de controle interno; (ii) por ocasião da elaboração orçamentária anual, continue aperfeiçoando as reais necessidades do Legislativo, evitando-se repasses de duodécimos desnecessários; (iii) na execução orçamentária anual, diligencie a fim de se evitar déficit econômico no exercício; (iv) alimente o Sistema AUDESP com dados fidedignos; (v) proceda a ajustes na regulamentação do cargo em comissão; (vi) exija nível de escolaridade compatível com as atribuições a serem desempenhadas pelos ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento; (vii) regularize a situação dos servidores da edilidade junto ao Fundo Especial de Previdência Social de Jaguariúna; (viii) garanta que a atuação dos membros da comissão de licitação esteja em consonância com o disposto no art. 6º, inc. XVI, da Lei de Licitações; (ix) observe com rigor as regras contidas na Lei nº 8.666/93, bem como institua controle eficaz quanto aos gastos de combustíveis com a finalidade de aferir o seu uso no interesse público, com economicidade e razoabilidade; (x) adote medidas tempestivas quanto à adequação do site do órgão, visando dar fiel cumprimento ao disposto na Lei da Transparência e na Lei de Acesso à Informação; (xi) encaminhe ao TCE os documentos exigidos pelo Sistema AUDESP dentro dos respectivos prazos fixados nas Instruções; (xii) providencie o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB). (TC-005525.989.19, Relator Conselheiro Antonio Roque Citadini – trânsito em julgado em 29-10-21).

2020: Regulares, com ressalvas, recomendando à Câmara que: (i) promova efetivo planejamento das políticas públicas; (ii) aprimore a eficiência administrativa quanto à despesa “per capita” do Legislativo; (iii) regularize a situação dos servidores da edilidade junto ao Fundo Especial de Previdência Social de Jaguariúna; (iv) adote medidas tempestivas quanto à adequação do

site do órgão, visando dar fiel cumprimento ao disposto na Lei da Transparência e na Lei de Acesso à Informação; (v) observe a fidedignidade dos dados enviados ao sistema Audesp; (vi) atenda ao prazo estabelecido no Regimento Interno da Câmara Municipal para o julgamento das contas do Poder Executivo; (vii) atenda às Recomendações e Instruções desta Corte. (TC-003873.989.20, Relator Conselheiro Robson Marinho – trânsito em julgado em 23-10-23).

2021: Regulares, com ressalvas, recomendando à Câmara que:

(i) busque a eficiência do controle interno; (ii) torne adequada a gestão, no que diz respeito aos resultados econômicos, visando à supressão dos resultados deficitários; (iii) proceda a ajustes na regulamentação dos cargos comissionados; (iv) regularize a situação dos servidores da edilidade junto ao Fundo Especial de Previdência Social de Jaguariúna; (v) promova ajustes para garantir a fidedignidade das informações enviadas a esta Corte por meio do Sistema AUDESP; (vi) aprimore a previsão de despesas em seu orçamento – diante dos parâmetros delineados no artigo 30 da Lei nº 4.320/64 e prescrições do artigo 12 da LRF, do mesmo modo observe o Comunicado SDG nº 26/2023; (vii) atenda ao prazo estabelecido no seu Regimento Interno para o julgamento das contas do Executivo; (viii) aprimore o acompanhamento e controle da execução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas respectivas metas. (TC-006568.989.20, Relatora Conselheira Cristiana de Castro Moraes – sessão de 23-04-24 da E. Segunda Câmara).

É o relatório.

2. VOTO

2.1 A análise dos autos aponta que a despesa total do Legislativo (R\$ 5.388.410,77) correspondeu a 1,23% da receita tributária do exercício anterior do Município (R\$ 438.713.708,38), abaixo, portanto, dos 7% permitidos pelo artigo 29-A, I, da Constituição Federal, considerando o número de habitantes (59.347).

A despesa com folha de pagamento (R\$ 3.488.775,43⁹), para os fins do § 1º do artigo 29-A da Constituição Federal, equivaleu a 57,82% da

⁹ No cálculo da despesa com folha de pagamento foram subtraídos os valores com inativos (R\$ 241.744,99).

transferência total da Prefeitura (R\$ 6.276.000,00), inferior ao limite máximo admitido (70%).

Os dispêndios com pessoal e reflexos (R\$ 4.569.916,05) representaram 0,79% da Receita Corrente Líquida do Município (R\$ 579.271.081,02).

Por fim, o resultado patrimonial foi satisfatório e não houve apontamentos relativos a atrasos no recolhimento de encargos, inexistindo óbices à aprovação da gestão também nesses quesitos.

2.2 Quanto ao déficit econômico – de R\$ 601,43 –, vejo que a própria Fiscalização pontuou que tal resultado representou melhora em relação a 2021 – no qual o déficit foi de R\$ 47.873,58 –, ao passo que o MPC relevou a questão, com a **recomendação**, que ora acolho, no sentido de que, na execução orçamentária anual, a edilidade diligencie a fim de se evitar déficit econômico no exercício, em prestígio ao princípio do equilíbrio das contas públicas.

2.3 O repasse de duodécimos (R\$ 6.276.000,00) foi suficiente para suprir as despesas do Legislativo, cabendo a devolução de R\$ 645.844,24 à Prefeitura – correspondente a 10,39% do montante transferido.

Quanto à apontada diferença entre o valor restituído informado ao Sistema Audesp (R\$ 645.844,24) e aquele efetivamente realizado (R\$ 687.777,03), reputo suficiente a explicação da edilidade de que tal montante (R\$ 41.932,79) se referiu aos rendimentos obtidos na aplicação financeira dos recursos recebidos, os quais foram contabilmente registrados de forma segregada – até porque constituem receita extraorçamentária –, em observância aos princípios da transparência e da evidenciação contábil.

Todavia, o MPC pontua que a edilidade deveria “aferir com maior precisão as reais necessidades do Legislativo, estimando os recursos financeiros a serem repassados via planejamento orçamentário adequado”, eis que, “não raro, o Poder Executivo adota medidas de contingenciamento, prejudicando a promoção das políticas públicas essenciais para dar cumprimento aos repasses destinados ao Poder Legislativo”.

De minha parte, venho sustentando entendimento de que a

devolução de excedente, por si só, não se mostra indevida – eis que eventual pressão para utilização total dos recursos poderia redundar na realização de gastos supérfluos apenas para evitar censuras quanto à elaboração do orçamento.

Por outro lado, verifico que, mesmo levando-se em conta o valor efetivamente utilizado (R\$ 5.388.410,77), ainda assim os gastos com folha de pagamento corresponderiam a 64,75% do total – abaixo, portanto, do limite máximo admitido, de 70% –, descaracterizando eventual risco de o limite de despesas com folha de pagamento ser artificialmente aumentado em decorrência da superestimativa de receita.

Assim, **recomendo** que a edilidade envide esforços para devolver os valores não utilizados ao longo do exercício, com periodicidade mensal ou bimestral – a teor do Comunicado SDG nº 26/2023¹⁰ –, a fim de que tais recursos financeiros possam ser tempestivamente aplicados pelo Executivo em ações, programas e políticas públicas, em benefício da sociedade.

2.4 Os subsídios dos agentes políticos foram fixados¹¹ pela Resolução nº 211/2020, não se verificando, no período, pagamento de verbas de gabinete, sessões extraordinárias ou outros assemelhados.

Quanto à concessão de Revisão Geral Anual de 10,06% aos subsídios dos vereadores – por meio da Lei municipal nº 2.790, de 23-02-22 –, ainda que tenha se dado na mesma data e no mesmo percentual para os servidores, bem como respeitado o IPCA/IBGE do período, tenho alertado as edilidades, em meus votos, a respeito dos julgamentos de ADIs sobre a matéria no E. TJ-SP¹².

¹⁰ **COMUNICADO SDG 26/2023 (DO de 17-05-23)**

O Tribunal de Contas do Estado COMUNICA que, em decorrência das alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021, a partir da próxima legislatura - 2025 - as Câmaras Municipais deverão incluir, no cômputo de suas despesas com pessoal, os gastos com inativos e pensionistas.

A mesma Emenda estabelece que as Câmaras Municipais terão a opção de devolver o excesso de duodécimos no mês de dezembro ou retê-los para compensação com os repasses das primeiras parcelas do exercício seguinte.

Independentemente desse novo regramento, este Tribunal recomenda que as Câmaras prossigam no procedimento de devolução com periodicidade mensal ou bimestral, na forma da jurisprudência desta Casa. (grifei)

¹¹ Fixados inicialmente em R\$ 5.235,33 para os Vereadores e R\$ 6.262,86 para o Presidente da Câmara, os subsídios alcançaram o valor de R\$ 5.762,00 e R\$ 6.892,90, respectivamente, considerando a aplicação de RGA de 10,06%.

¹² Destaco, além disso, que pende de julgamento na Suprema Corte o Tema 1.192, de repercussão geral, no qual é discutida a constitucionalidade de leis que preveem a revisão geral anual do subsídio mensal do Prefeito e do Vice-Prefeito, considerando-se os princípios da moralidade administrativa, da anterioridade da legislação e da inalterabilidade do subsídio durante o mandato eletivo.

Neste sentido, menciono recentes julgados daquela Corte, a exemplo das ADIs ajuizadas em face das legislações de Porto Ferreira¹³, Cardoso¹⁴, Buri¹⁵ e José Bonifácio¹⁶, sob relatorias diferentes, mas convergindo para a mesma decisão: inconstitucionalidade com caráter retroativo, sem modulação de efeitos, determinando, inclusive, a devolução dos subsídios.

Assim, **alerto** a edilidade para que atente ao entendimento do Poder Judiciário sobre a concessão de Revisão Geral Anual a agentes políticos.

2.5 No tocante às críticas aos cargos de assessor de imprensa e de diretor jurídico, entendo que as alegações de defesa, bem como a medida adotada pela edilidade – qual seja, a promulgação de lei complementar municipal, que promoveu adequações nas atribuições e estabeleceu exigência de formação superior para o provimento de referidos postos –, foram suficientes para que os apontamentos possam ser afastados.

2.6 Em relação aos servidores da Câmara permanecerem vinculados ao Regime Geral de Previdência Social e não ao Regime Próprio de Previdência

¹³ Ação Direta de Inconstitucionalidade – Resolução da Câmara e leis municipais de Porto Ferreira que veiculam a revisão geral anual dos subsídios dos vereadores municipais. [...] Afastada qualquer ressalva genérica de irrepetibilidade ou modulação e declarada a inconstitucionalidade ex-tunc das normas impugnadas – Ação julgada procedente. (TJSP; Direta de Inconstitucionalidade 2158787-93.2023.8.26.0000; Relator (a): Luciana Bresciani; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 21/02/2024; Data de Registro: 23/02/2024).

¹⁴ Ação direta de inconstitucionalidade do artigo 3º, da Lei Complementar nº 207, de 4 de junho de 2020, e do artigo 4º, da Lei Complementar nº 211, de 13 de julho de 2020, assim como das Leis Complementares nºs 217 e 218, de 26 de janeiro de 2021, 236 e 237, de 3 de maio de 2022, e 246 e 247, de 10 de fevereiro de 2023, do Município de Cardoso - Elevação dos subsídios mensais do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais no curso da legislatura. [...] Inconstitucionalidade reconhecida - Impossibilidade de modulação de efeitos, conforme orientação do Supremo Tribunal Federal - Efeito "ex tunc" - Pedido procedente. (TJSP; Direta de Inconstitucionalidade 2219012-79.2023.8.26.0000; Relator (a): Sílvia Rocha; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 21/02/2024; Data de Registro: 22/02/2024).

¹⁵ AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – EXPRESSÃO "DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES" PREVISTA NOS ARTIGOS 1º, 2º E 3º DA LEI Nº 513, DE 15 DE JANEIRO DE 2010, DO MUNICÍPIO DE BURI, A QUAL DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DA DATA BASE E ÍNDICE PARA REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES E DA REMUNERAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BURI – VIOLAÇÃO À REGRA DA ANTERIORIDADE DA LEGISLAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE DIREITO À REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS - AFRONTA AO PRINCÍPIO DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA E RESERVA LEGAL – INADMISSIBILIDADE DA EQUIPARAÇÃO DO ÍNDICE DE REVISÃO ANUAL APLICÁVEL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS À REVISÃO DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS - PRECEDENTES DO ÓRGÃO ESPECIAL E DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - AÇÃO PROCEDENTE, SEM MODULAÇÃO E SEM RESSALVA. (TJSP; Direta de Inconstitucionalidade 2023458-12.2023.8.26.0000; Relator (a): Matheus Fontes; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 06/12/2023; Data de Registro: 07/12/2023).

¹⁶ AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – MUNICÍPIO DE JOSÉ BONIFÁCIO – LEI Nº 4.140, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022, LEI Nº 4.213, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022 E RESOLUÇÃO Nº 02, DE 28 DE ABRIL DE 2020, DA CÂMARA MUNICIPAL – REVISÃO GERAL ANUAL DE SUBSÍDIOS DE AGENTES POLÍTICOS. Ação direta de inconstitucionalidade procedente, sem modulação de efeitos. (TJSP; Direta de Inconstitucionalidade 2157443-77.2023.8.26.0000; Relator (a): Décio Notarangi; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 22/11/2023; Data de Registro: 23/11/2023).

Social instituído por lei complementar municipal, vejo que a questão já foi objeto de recomendação nas contas de 2018, 2019, 2020 e 2021.

Sobre o tema, a edilidade noticiou a existência de Ação Direta de Inconstitucionalidade¹⁷ questionando a validade da migração dos servidores celetistas para estatutários e sua inserção no Regime Próprio de Previdência da Prefeitura e que tal ação estava em trâmite com recurso aguardando julgamento, razão pela qual reputou “inviável a Câmara se adequar a este apontamento antes da decisão final de mencionada ação”.

Em consulta a referido processo, constatei que o Recurso Extraordinário Adesivo interposto pelo Prefeito Municipal de Jaguariúna foi considerado inadmissível em decorrência da intempestividade do apelo, tendo o trânsito em julgado se dado em 21-10-23.

Nesta conformidade, restou mantido o acórdão proferido pelo Órgão Especial do E. TJ-SP, pela “parcial procedência da ação direta para declarar a inconstitucionalidade dos artigos 689 a 692, 695 e 696 e Anexo IV, da Lei Complementar nº 209, de 09 de maio de 2012, do Município de Jaguariúna, que cuidam da transformação de empregos públicos em cargos públicos, com migração de regime celetista para estatutário, exceto no tocante ao artigo 689, I, quanto aos servidores que tenham sido investidos em empregos públicos por meio de concurso público”. O mesmo acórdão preservou os direitos de servidores já aposentados ou que preenchessem os direitos de aposentação até a data de julgamento.

Diante deste novo panorama, **determino** que a edilidade regularize a situação de seus servidores junto ao Regime Próprio de Previdência Social de Jaguariúna, conforme os limites do acórdão prolatado pelo E. TJ-SP.

2.7 Os aspectos relacionados aos tópicos ‘Acompanhamento das Políticas Públicas Municipais’, ‘Controle Interno’, ‘Fidedignidade dos Dados Informados ao Sistema Audesp’ e ‘Julgamento das Contas do Poder Executivo’

¹⁷ Processo nº 2023409-05.2022.08.26.0000.

podem ser alçados ao campo das **recomendações**, que serão especificadas no final deste voto.

2.8 Diante do exposto, voto pela **regularidade, com ressalvas**, das contas da **Câmara Municipal de Jaguariúna**, exercício de 2022, nos termos do artigo 33, II, da Lei Complementar estadual nº 709/93, com a quitação do Responsável, Afonso Lopes da Silva, com base no artigo 35 do mesmo diploma legal, sem prejuízo do pleno atendimento da determinação, do alerta e das recomendações a seguir especificadas.

Determino que a Câmara regularize a situação de seus servidores junto ao Regime Próprio de Previdência Social de Jaguariúna, nos limites do acórdão prolatado pelo E. TJ-SP no processo nº 2023409-05.2022.08.26.0000.

Alerto a Edilidade para que atente ao entendimento do Poder Judiciário sobre a concessão de Revisão Geral Anual a agentes políticos.

Recomendo ao Poder Legislativo que:

(i) adote providências para um efetivo acompanhamento da execução operacional das políticas públicas promovidas pelo Executivo;

(ii) aprimore os relatórios do Controle Interno, que devem registrar análises de apontamentos de eventuais irregularidades, bem como propostas de implementação de procedimentos ou outras condutas que denotem atuação nos exames de processos de adiantamentos, licitações e contratos, admissão de pessoal e contabilidade, dentre outros;

(iii) envide esforços para devolver os valores (duodécimos) não utilizados ao longo do exercício, com periodicidade mensal ou bimestral, a fim de que tais recursos financeiros possam ser tempestivamente aplicados pelo Executivo em ações, programas e políticas públicas, em benefício da sociedade;

(iv) na execução orçamentária anual, diligencie a fim de se evitar déficit econômico no exercício, em prestígio ao princípio do equilíbrio das contas públicas;

(v) observe a fidedignidade dos dados enviados ao Sistema Audesp;

(vi) atenda ao prazo estabelecido em seu Regimento Interno para julgamento das contas do Poder Executivo.

Encaminhe-se, por ofício, cópia do acórdão e das notas taquigráficas ao(à) atual Presidente da Câmara para adoção das providências necessárias ao exato cumprimento da decisão desta Corte, as quais deverão ser acompanhadas e registradas tanto pelo próprio Controle Interno do Legislativo quanto pela Unidade de Fiscalização competente deste Tribunal.

2.9 Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Sala das Sessões, 28 de maio de 2024.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
CONSELHEIRO